



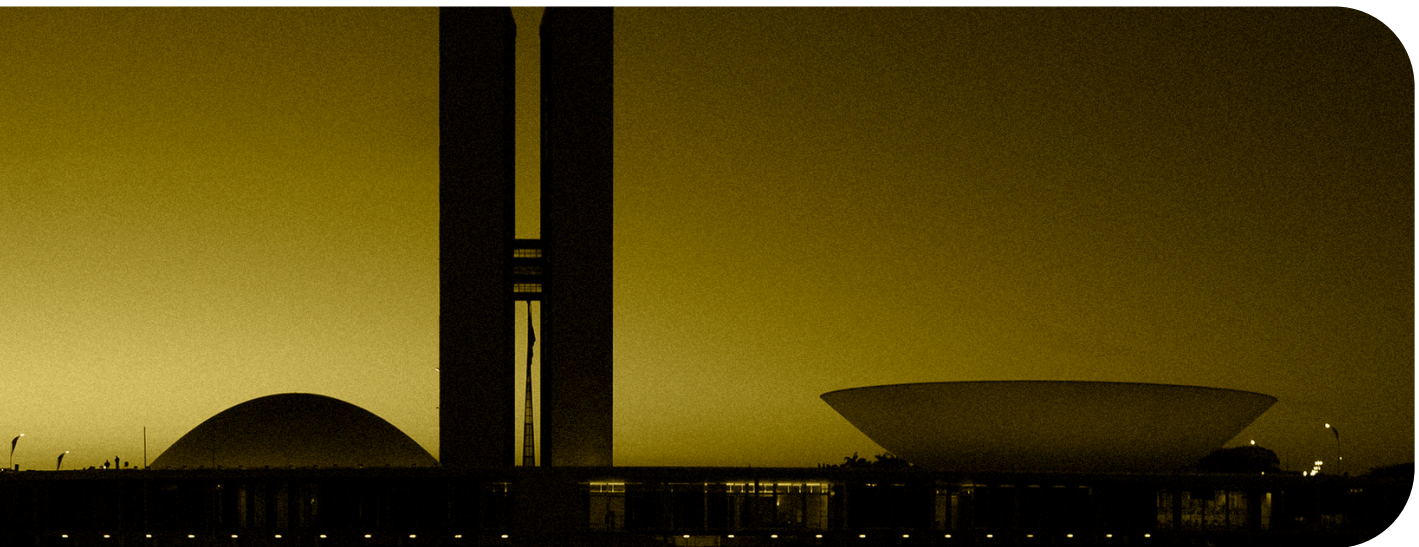
M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Agenda Semanal

06 a 10 de abril



Destques
da
Semana:

Articulações

CPI do Crime Organizado

Pressão na Câmara

Cenário Político

A Esplanada inicia a semana sob nova configuração técnica após a saída de 17 ministros para a disputa eleitoral. Nomes como Miriam Belchior (Casa Civil) e Dario Durigan (Fazenda) assumem o comando operacional das pastas, enquanto o governo tenta blindar a gestão de crises externas. No Congresso, o saldo da janela partidária redesenhou as forças: o PL atingiu a marca histórica de 101 deputados, consolidando-se como a maior bancada desde 1998 e fortalecendo o palanque de Flávio Bolsonaro. Já o PT manteve-se estável com 67 cadeiras, mas viu aliados como o PDT desidratarem. No Senado, a prioridade do Planalto é destravar a sabatina de Jorge Messias para o STF, buscando um acordo com Davi Alcolumbre para pautar a CCJ ainda neste mês.



Subvenção ao Diesel

O presidente Lula deve editar nesta semana a MP que estabelece subvenção de R\$ 1,20 por litro de diesel importado. Com custo estimado em até R\$ 4 bilhões por 60 dias, a medida visa amortecer a alta internacional causada pelo conflito EUA-Irã. O governo monitora a adesão das distribuidoras para garantir que o desconto chegue às bombas e evite novas ameaças de greve dos caminhoneiros.

Pauta do Senado

A agenda de votações retoma o ritmo na terça-feira (7) com foco em educação e saúde. Estão na pauta o PL 2.762/2019, que reconhece o estágio como experiência profissional para facilitar a inserção de jovens no mercado, e o PL 1.732/2022, que permite o fracionamento das férias de médicos residentes. Na quarta (8), o plenário delibera sobre indicações para embaixadas brasileiras no exterior.

Articulações e Trocas

O encerramento da janela partidária confirmou o União Brasil como o maior perdedor, com 28 saídas, reflexo de crises internas e da federação com o PP. No Senado, o PT se fortaleceu com a filiação de Eliziane Gama, enquanto o PSD perdeu quadros de peso como Rodrigo Pacheco (PSB) e Angelo Coronel (Republicanos). O movimento sinaliza um Senado mais polarizado para as votações de interesse do Executivo.



Pressão na Câmara

Com o retorno das atividades na Câmara dos Deputados após a janela partidária, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), planeja acelerar a votação de projetos prioritários e de forte impacto orçamentário. A agenda pretendida inclui a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que destina 1% da receita para a assistência social, a regulação de mercados digitais, o marco legal do transporte público e a tributação para datacenters (Redata). O parlamentar também articula o avanço de temas de apelo eleitoral para o governo federal, como a regulamentação do trabalho por aplicativo e o fim da escala 6x1, matéria que o Palácio do Planalto avalia encampar via projeto de urgência para contornar obstáculos regimentais e agilizar a deliberação final.

Paralelamente às negociações para destravar essas votações, o presidente da Câmara enfrenta um movimento suprapartidário de cobrança interna liderado por uma aliança entre deputados de campos opostos, incluindo PT e PL. Um projeto encabeçado pela deputada Gisela Simona (União-MT), e já assinado por diversas legendas, propõe alterar o regimento interno para obrigar a presidência a publicar a pauta do plenário com antecedência mínima de 24 horas. Os parlamentares argumentam que a atual imprevisibilidade e a inclusão de temas de última hora prejudicam não apenas a atuação de quem está fora das cúpulas de decisão, mas também a análise técnica fundamental das assessorias.

CPI do Crime Organizado

O senador Alessandro Vieira, relator da CPI do Crime Organizado, protocolou o pedido para prorrogar os trabalhos da comissão por mais 60 dias. Apoiado por 28 assinaturas, o pedido justifica a necessidade de mais tempo para analisar documentos, cruzar informações, ouvir testemunhas e governadores sobre a atuação de facções em diferentes estados. Originalmente prevista para terminar em 14 de abril, a prorrogação esbarra na resistência do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que se opõe ao prolongamento de comissões em ano eleitoral.

A comissão concentra suas atenções no Banco Master, instituição de Daniel Vercaro, após a CPMI do INSS ter encerrado suas atividades. Foram aprovados dezenas de requerimentos mirando a cúpula do banco e o relator prometeu um capítulo específico sobre o caso em seu parecer. O trabalho da CPI, no entanto, enfrenta obstáculos impostos por decisões de ministros do STF, como André Mendonça e Gilmar Mendes, que suspenderam depoimentos e quebras de sigilo. Nesta semana, o colegiado pretende ouvir o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo.

Perspectiva Semanal

O cenário político desta semana é marcado pela retomada do ritmo integral em Brasília após o feriado de Páscoa. Este período assume um caráter de urgência, uma vez que o calendário legislativo de abril será curto: daqui a duas semanas haverá o feriado de Tiradentes (21), seguido logo depois pelo Dia do Trabalhador (01) em maio. Por isso, a previsão é de que esta semana e a próxima sejam extremamente agitadas, com o objetivo de limpar a pauta antes das novas interrupções.

No centro das atenções, a discussão sobre o fim da escala 6x1 ganha novos contornos com a expectativa de que o Governo Federal envie um projeto de lei próprio com urgência constitucional, mecanismo que aceleraria a tramitação ao trancar a pauta em 45 dias e exigir apenas maioria simples para aprovação, buscando capitanear a narrativa trabalhista e oferecer uma alternativa técnica às propostas que já tramitam na Câmara.

A dinâmica institucional será testada pela indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal, cujo nome agora submetido ao Senado inicia uma fase crítica de articulações.



Cecilia Rodrigues -
Analista de Relações
Governamentais



Avaliação Semanal do Governo



Economia

Segundo o IBGE, a produção industrial cresceu 0,9% em fevereiro na comparação com janeiro. Apesar do avanço mensal, o setor recuou 0,7% em relação a fevereiro de 2025 e acumula queda de 0,2% neste ano. Já no acumulado de 12 meses, a indústria registra uma leve alta de 0,3%, indicando desaceleração ante os 0,5% observados até o mês anterior.



Política

O presidente Lula oficializou ao Senado a indicação de Jorge Messias para o STF, mas o avanço da pauta na Casa segue incerto. Sem os votos necessários no plenário no momento, a aprovação do nome depende diretamente de intensas negociações com o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP).



Social

Segundo o Caged, o Brasil registrou a criação de 255.321 empregos formais em fevereiro, totalizando 370.339 novos postos no acumulado do ano. O resultado, no entanto, representa uma queda em relação ao mesmo mês de 2025, quando o mercado abriu 440.432 vagas com carteira assinada.

Notícias

veja

Câmara monta urnas para votar novo ministro do TCU

A Câmara dos Deputados já iniciou a montagem das urnas para a eleição do novo ministro do TCU, embora a data da votação ainda não esteja definida. O favoritismo recai sobre o deputado Odair Cunha (PT), que conta com o apoio do presidente Hugo Motta graças a um acordo político firmado durante a disputa pela presidência da Casa.

CNN

Janela para mudança de partido termina com mais de 20% de trocas na Câmara

A janela partidária terminou com a movimentação de ao menos 121 deputados (mais de 20% da Câmara). O PL foi o maior beneficiado, alcançando 100 parlamentares e consolidando-se como a maior bancada, enquanto o União Brasil liderou as baixas. O Senado também registrou trocas visando as eleições, com destaque para a ida de Sergio Moro e Efraim Filho para o PL, e a saída de Rodrigo Pacheco do PSD para o PSB.

FOLHA DE S. PAULO



Flávio Bolsonaro transforma PEC do fim da reeleição em aceno para Tarcísio e centrão

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou uma PEC para proibir a reeleição presidencial, buscando atrair o apoio de governadores e líderes do centrão ao seu projeto eleitoral deste ano. A proposta é um aceno direto a potenciais presidentes da direita para 2030, como Tarcísio de Freitas, sinalizando que Flávio abriria mão de um segundo mandato consecutivo caso vença a disputa de 2026.


Apesar da baixa viabilidade de aprovação no Congresso ainda este ano em meio à corrida eleitoral, aliados projetam avançar com a pauta no primeiro trimestre de 2027 numa eventual vitória do senador. A medida foca apenas no cargo de presidente para evitar resistências, enquanto projetos semelhantes e mais amplos sobre o fim da reeleição seguem paralisados na Câmara e no Senado.



Senado Federal

Sessão Deliberativa Semipresencial

 Plenário

 Informamos que, nesta semana, não constam matérias de interesse da Federação na pauta do Plenário do Senado Federal.

Comissão de Segurança Pública (CSP)



11h



07/04



Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 09

PL 4475/2021 - Estabelece tipos penais para o crime de resistência

PL 4475/2021 - Flávio Bolsonaro (PL/RJ) - Altera o art. 329 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer tipos penais qualificados para o crime de resistência.

Relator: Wilder Morais (PL-GO)

Parecer: pela aprovação



Câmara dos Deputados

Sessão Deliberativa Ordinária


 Plenário

Até o momento da elaboração desta agenda, a pauta do Plenário da Câmara dos Deputados não foi publicada.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

 14h

 07/04

 Anexo II, Plenário 06

PL 5613/2025 - Institui o Seguro de Vida e Acidentes Pessoais

PL 5613/2025 - Roberto Duarte (REPUBLIC-AC) - Institui o Seguro de Vida e Acidentes Pessoais para os profissionais de segurança pública e defesa social, a ser custeado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela aprovação.